

O desenvolvimento regional sustentável no Banco do Brasil

Banco do Brasil
Diretoria de Agronegócios

A busca por novos paradigmas para o desenvolvimento socioeconômico tem sido objeto de debates cada vez mais freqüentes. Desenvolvimento, associado ao conceito de sustentabilidade, é um tema em evidência. Discute-se, entre outros aspectos, a criação de mecanismos eficazes para se associar crescimento econômico à inclusão social e ao respeito ao meio ambiente. O que se percebe, entretanto, é que não há soluções fáceis ou prontas. Pelo contrário, há muito a ser elaborado e aperfeiçoado.

As discussões sobre o assunto começaram há cerca de 40 anos, em plena década de 60, período em que tem início a preocupação quanto aos riscos da degradação do meio ambiente. Na década seguinte, entretanto, com a ameaça de uma crise de energia provocada pela organização dos países produtores e a percepção das limitações naturais da exploração do petróleo, o mundo constata, com surpresa, que os recursos naturais do planeta – água, solo, petróleo, minérios – são finitos.

No ano da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo (1972), foi discutido que o limite da exploração dos recursos no planeta seria atingido, no máximo, em cem anos, provocando uma repentina diminuição da população mundial e da capacidade industrial. Daí nasceu a necessidade de pensar na limitação do crescimento econômico mundial (ONU, 2004).

Segundo a Declaração das Nações Unidas, de 1974, a causa da explosão demográfica era a pobreza, também geradora da destruição descontrolada dos recursos naturais. Os países industrializados agravavam a situação com altos índices de consumo. A Organização das Nações Unidas (ONU), pela primeira vez, admitia que existe, não apenas um limite mínimo de recursos para proporcionar bem-estar ao indivíduo, mas um limite máximo (ONU, 2004).

Somente na década seguinte, com o Relatório Brundtland, seria apresentado, pela primeira vez, o conceito hoje mais difundido de desenvolvimento sustentável: “É aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991).

Desenvolver com sustentabilidade é um desafio que demanda a elaboração de ações voltadas para o atendimento às necessidades essenciais da humanidade, respeitando-se as limitações do ambiente e as gerações vindouras. E que considerem igualmente os aspectos socioculturais, econômicos e políticos.

Embora no passado recente, o Brasil tenha marcado presença em eventos, onde novos modelos de desenvolvimento foram debatidos, esses ainda não são prática corrente no País. É no rastro dessas reflexões que surgem iniciativas governamentais voltadas para um desenvolvi-

mento econômico sustentável, que seja capaz de gerar riquezas e melhoria da qualidade de vida enquanto promove o equilíbrio social e impede a degradação ambiental.

Na qualidade de instituição oficial conhecedora das características de cada uma de nossas regiões e detentora de uma rede de atendimento de enorme capilaridade e com capacidade de mobilização, o Banco do Brasil (BB) tem papel de grande relevância e atua como agente articulador e impulsionador desse processo.

Em face disso, o BB, de história repleta de iniciativas voltadas para a redução das desigualdades sociais, vem sendo demandado para intensificar sua atuação para o desenvolvimento econômico e social, seja na realização de operações de giro e investimento com micro e pequenos empreendedores, rurais e urbanos, seja na organização da produção e a inclusão das populações alijadas dos benefícios gerados pelos ciclos de crescimento econômico.

Como empresa parceira do governo, o BB tem enfatizado o apoio à implantação de políticas sob a bandeira do Fome Zero. Elaborou uma estratégia negocial de atuação, com foco em Desenvolvimento Regional Sustentável, como forma de catalisar as ações dos diferentes agentes existentes nas comunidades, no sentido de superar as dificuldades e carências e promover o desenvolvimento não apenas de uma, mas de todas as etapas de uma atividade produtiva.

Essa medida visa implementar uma nova maneira de atuar junto a comunidades localizadas em regiões carentes, buscando mobilizar os agentes econômicos, políticos e sociais para impulsionar o desenvolvimento sustentável. Com isso, pretende também promover a geração de trabalho e renda de forma sustentável, inclusiva e participativa, considerando as características locais, de natureza econômica, social, ambiental, institucional, política e cultural.

Na base dessa estratégia, o tripé consiste de: viabilidade econômica, justiça social e adequação ambiental. A força motriz da ação do

BB é a “concertação”, processo em que são integrados os esforços de agentes das esferas federal, estadual e municipal, da sociedade civil e dos meios político, empresarial e religioso, entre outros, em prol de ações que permitam um salto de qualidade nas condições de vida e nos indicadores de desenvolvimento locais.

A metodologia da estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) envolve oito etapas, começando pela sensibilização dos funcionários responsáveis. Até o momento, mais de 1.200 pessoas já foram treinadas e sensibilizadas, prevendo-se chegar, ainda em 2004, a um total de 1.500 funcionários. As outras etapas são as seguintes:

- Escolha da atividade a ser apoiada, em conjunto com a comunidade.
- Formação da equipe de trabalho.
- Diagnóstico.
- Elaboração de plano de negócios.
- Análise.
- Implementação.
- Monitoramento e avaliação.

O trabalho começou nas regiões Norte e Nordeste, nos Vales do Jequitinhonha (Minas Gerais), Mucuri (Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo) e Ribeira (São Paulo) e na Bacia do Rio Itabapoana (Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), áreas prioritizadas em função dos baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

Até o final de 2004, espera-se alcançar 920 municípios das áreas definidas e beneficiar cerca de 184.400 famílias. Já para 2005, há uma expectativa de se atingir 1.800 municípios e atender 376.000 famílias, conforme mostra a Fig. 1.

A estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável busca, respeitando aspectos sociais, culturais e ambientais, catalisar potencialidades regionais. É natural, então, que num país como o Brasil, o agronegócio seja componente marcante no modelo de atuação negocial desenvolvido pelo Banco do Brasil.

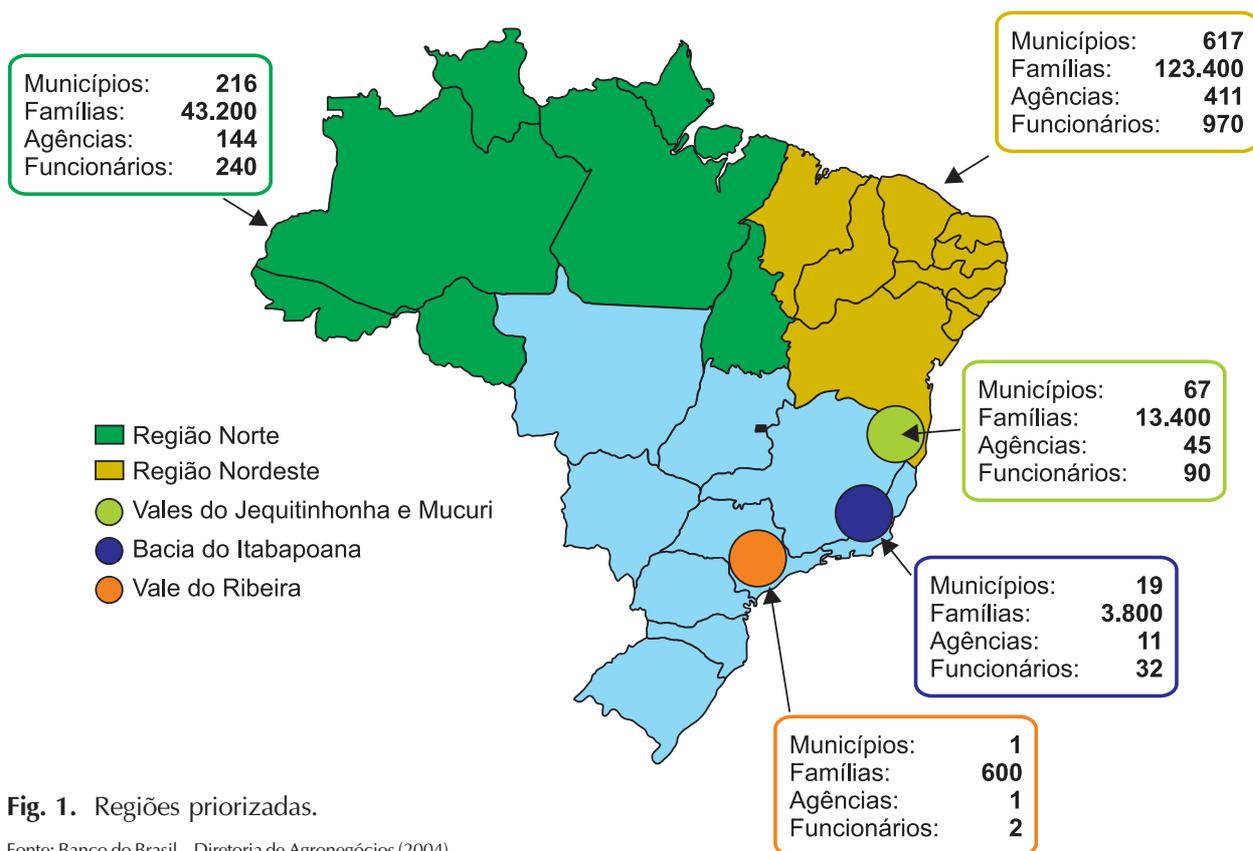


Fig. 1. Regiões priorizadas.

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Agronegócios (2004).

Isso é facilmente detectável quando se constata que, das cercas de 30 atividades produtivas já cadastradas pelo Banco do Brasil (Fig. 2), as que se destacam são as relativas ao meio agropecuário (ovinocaprinocultura, 15% dos planos de negócios; fruticultura, 15%; mandiocultura, 15%; horticultura, 10%; bovinocultura, 7%; apicultura, 8%).

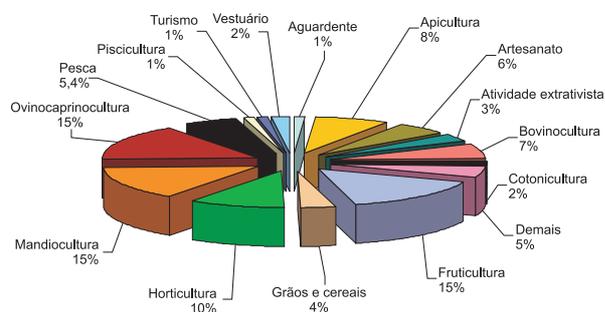


Fig. 2. Atividades cadastradas.

Fonte: Banco do Brasil-Diretoria de Agronegócios (2004).

Hoje, mais de 450 projetos já foram iniciados e encontram-se em diferentes estágios do processo metodológico. Dos planos de negócios já aprovados e que estão na fase de implementação das ações elaboradas, apresentamos alguns casos (Tabela 1).

Nos casos apresentados, o Banco do Brasil envolveu, pelo processo de “concertação”, parceiros como prefeituras, sindicatos, associações, órgãos de assistência técnica, Sebrae, produtores e Fundação Banco do Brasil.

Avaliando o conjunto de ações já realizadas ao longo de sua história, o Banco do Brasil é presença obrigatória nos momentos de mudança da realidade socioeconômica brasileira. A estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável é mais uma contribuição nessa sua longa trajetória. Um aliado em constante mudança. Que ao inovar evolui nas relações com o País, ciente de suas dificuldades, mas, sobretudo, de suas potencialidades.

Tabela 1. Projetos em desenvolvimento.

Cidade	Atividade produtiva	Quantidade de famílias beneficiadas	Parceiros	Ações previstas
Aquary, AC	Piscicultura	48	<ul style="list-style-type: none"> • Seater • SEAP/PR • Sebrae • Instituto do Meio Ambiente do Acre • Governo do Estado • Prefeitura Municipal de Bujari, AC • Associação de Produtores do Pólo Agroflorestal Dom Moacir • Associação dos Produtores de Panorama • Associação dos Produtores do Pólo Agroflorestal D. Moacir • Ibama 	<ul style="list-style-type: none"> • Reparo de 23 tanques e açudes • Construção de 20 novos tanques • Ampliação de 5 tanques • Aquisição de alevinos • Capacitação dos piscicultores • Crédito para custeio da ração • Alfabetização pelo Programa BB Educar <p>Desenvolvimento de ração alternativa para redução de custos</p>
José de Freitas, PI	Avicultura	216	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria Municipal de Agricultura de Desenvolvimento Social • Secretaria Municipal de Agricultura de Ação Social • Emater • Sindicato dos Trabalhadores Rurais • Sebrae-PI • Universidade Federal do Piauí • Embrapa Meio-Norte 	<ul style="list-style-type: none"> • Alfabetização pelo Programa BB Educar • Capacitação técnica dos produtores <p>Formação dos produtores em apoio à gestão de propriedade</p>
Icoaraci - Belém, PA	Artesanato (cerâmica marajoara)	600	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Superior de Artesanato do Pará (Cosapa) • Cooperativa de Artesãos de Icoaraci (Coarti) • Sociedade dos Amigos de Icoaraci • Sebrae – PA • Liceu de Artes e Ofícios • Prefeitura Municipal de Belém 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação dos artesãos em associativismo, empreendedorismo, cooperativismo, marketing e vendas • Titularização dos terrenos das olarias <p>Instalação de central de processamento da argila</p>

O BB olha o Brasil como um enorme tabuleiro de oportunidades, fonte inesgotável de possibilidades de empreendedorismo. Ambiente propício ao estabelecimento de relações e à construção de parcerias que propiciem o retorno dos investimentos, levem à efetiva mudança na qualidade de vida dos brasileiros e contribuam para o crescimento sustentado do País.

Referências

BANCO DO BRASIL. Diretoria de Agronegócios. **Subsistema DRS-Desenvolvimento Regional Sustentado**. Relatórios Internos 2004. Brasília, DF, 2004.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Limites do crescimento**. Disponível em: <<http://www.um.org>>. Acesso em: 20 out. 2004.